

Universidade Católica de Brasília

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Matemática

**DIFICULDADES NO ENSINO DA MATEMÁTICA
PARA SURDOS**

Autora: Maria Clara de Melo Magalhães Souza

Orientador: Vilmondes Rocha

BRASÍLIA

2009

Maria Clara de Melo Magalhães Souza

DIFICULDADES NO ENSINO DA MATEMÁTICA PARA SURDOS

Artigo apresentado ao curso de graduação em Matemática da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Matemática.

Orientador: Vilmondes Rocha

Brasília
Novembro de 2009



Artigo de autoria de Maria Clara de Melo Magalhães Souza, intitulado DIFICULDADES NO ENSINO DA MATEMÁTICA PARA SURDOS, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Matemática da Universidade Católica de Brasília, em 18 de novembro de 2009 , defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof. MsC. Vilmondes Rocha
Orientador
Matemática – UCB

Prof^a. MsC. Ana Sheila P. Faleiros
Matemática – UCB

Prof^a. MsC. Maria A. dos Santos
Matemática – UCB

Brasília
Novembro de 2009

DIFICULDADES NO ENSINO DA MATEMÁTICA PARA SURDOS

MARIA CLARA DE MELO MAGALHÃES SOUZA

Resumo:

O artigo resulta de uma pesquisa realizada em uma escola pública de Brasília, com alunos surdos de 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, com o objetivo de compreender as dificuldades dos alunos surdos, a posição desses quanto à prática docente e métodos alternativos para uma melhor aprendizagem. Foram coletadas respostas de 11 alunos surdos inclusos, que responderam 20 questões que envolviam desde o grau de surdez até questionamentos em relação à atuação do professor em sala de aula.

Palavras-chave: Surdos, Matemática, Ensino Fundamental, LIBRAS.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada em uma escola pública inclusiva de Brasília, Distrito Federal, a respeito da dificuldade de lecionar Matemática a alunos surdos. A pesquisa foi feita baseada em um questionário misto utilizando a escala Likert, respondida por 11 alunos surdos. A dificuldade em ensinar para alunos surdos pode ser percebida desde o século XVI, quando os primeiros educadores surdos começaram a atuar. Anteriormente a isto, já se percebe grande preconceito com os surdos, vindo inclusive da Igreja Católica, que os considerava sem alma imortal, e passando por Aristóteles que os considerava incapazes de raciocinar.

Atualmente, no Brasil, os surdos recebem educação bilíngue, com auxílio de um intérprete que fica dentro de sala e do professor. Existem escolas que trazem consigo também uma sala de apoio, onde os alunos portadores de alguma necessidade especial possuem aulas em paralelo.

Apesar de existirem leis que os protegem, o atendimento aos alunos surdos não pode ser considerado de forma plena, nem por parte dos professores, nem por parte dos familiares. Os alunos ainda possuem dificuldade na inserção e nos problemas de inclusão. Os surdos ainda possuem dificuldades na leitura e escrita e são marginalizados, tanto na escola quanto no seio familiar.

Esse artigo tem como principais objetivos analisar quais são as principais dificuldades apresentadas pelos alunos surdos, matriculados na 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, em escolas inclusivas, em relação à aprendizagem da Matemática. Ainda pretende identificar os conteúdos de Matemática nos quais esses alunos apresentam dificuldades de aprendizagem, perceber quais as necessidades por eles informadas e identificar possíveis metodologias para esses alunos.

2. BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA SURDOS

Em função da perda auditiva, os surdos foram considerados desde “incapazes de raciocinar” (Aristóteles) até “sem alma imortal” para Igreja Católica da Idade Média. No século XVI surgiram os primeiros educadores surdos.

Fundada em 1857, apenas como um asilo para homens surdos, o Instituto de Surdos-Mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi o precursor na educação de surdos. É, além de uma escola, também um centro nacional de referência na área da surdez. Posteriormente, foi criado o externato feminino com oficinas. Na década de 1950, foi criado o primeiro curso normal para professores na área de surdez, fundado o Jardim de Infância do INES e criado o curso de artes plásticas, acompanhado pela Escola Nacional de Belas Artes. Em 1959 também foi criado o Centro de Logopedia – que é um conjunto de métodos utilizados para a correção de vícios de pronúncia nas crianças ou as perturbações da palavra nos adultos – pioneiro no Brasil. A alteração do nome do Instituto também se deu neste ano.

Com a criação da Lei 10.436 de 24/04/2002, a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – foi reconhecida como língua e os surdos passaram a ter direito de ter aulas ministradas de forma diferenciada, ou seja, em LIBRAS, seja com intérprete, haja vista que a surdez não interfere no desenvolvimento cognitivo.

3. AS DIFICULDADES NO ENSINO PARA SURDOS

A educação para os portadores de necessidades especiais sempre foi um assunto bastante discutido. Na atualidade, já existe legislação federal que visa garantir a essas pessoas o atendimento de suas necessidades. Como exemplo pode-se citar na Constituição Federal, o artigo 3 inciso IV que constitui os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, requerendo promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. A Lei Federal nº 7.853 de 24/10/1989, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade dos deficientes ou com mobilidade reduzida e dá outras providências, e o Decreto nº 3.298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296 de 2/12/2004, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, onde consolida as normas de proteção e dá outras providências. A seguir, irão ser destacados alguns aspectos da legislação que trata dos direitos dos deficientes, especialmente daqueles que apresentam surdez.

Um ponto muito importante que vale a pena ressaltar foi a promulgação da já mencionada lei acima, onde dispõe acerca do apoio que é necessário fornecer às pessoas portadoras de deficiência. Aos portadores de deficiência é assegurado, por parte do Poder Público e seus Órgãos, o exercício dos seus direitos básicos, tais como a educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social e demais outros que decorrem da Constituição e das demais leis do nosso país, onde possam viabilizar o bem-estar, tanto social, pessoal quanto econômico.

Segundo o inciso III do artigo 208 da Constituição, é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, dando preferência na rede regular de ensino.

Conforme dito anteriormente, os órgãos públicos e as entidades da administração direta e indireta devem oferecer um tratamento prioritário e adequado onde possam tornar possíveis as medidas contidas no inciso I, alíneas ‘a’ a ‘f’, do artigo 2º da já mencionada Lei,

que são elas: inclusão no sistema educacional da Educação Especial, habilitação e reabilitação de profissionais, inserção e oferta obrigatória das escolas especiais, tanto privadas quanto públicas, oferta de programas de Educação Especial em unidades hospitalares para aqueles que se encontrem internados por prazo igual ou superior a um ano, acesso ao material e merendas escolares e bolsas de estudo, como também a matrícula obrigatória nos cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares das pessoas portadoras de deficiência que sejam capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

As escolas não podem recusar matricular o deficiente físico, o crime está previsto no artigo 8º da Lei 7.853/89, tanto em escola pública quanto privada.

A Resolução CNE/CEB Nº 2 institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que necessitam de atendimentos especiais, sem distinção de etapas e modalidades. Portanto, esse atendimento deve começar na educação infantil, incluindo creches e pré-escola. Contudo, é importante que haja uma avaliação e interação tanto por parte da família quanto por parte da comunidade.

É dever da escola se organizar de uma maneira que assegure condições necessárias para que o aluno obtenha uma educação com qualidade. Para isso, é preciso obter com funcionalidade um setor responsável por essa educação, composto por recursos humanos, materiais e financeiros que possam tornar viável essa educação especial.

É importante ressaltar que não é necessária a criação de uma escola única. Esse tipo de atendimento especial deve ser realizado em escolas comuns.

O artigo 3º da Resolução explica que se entende por educação especial uma modalidade da educação escolar que visa “um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.”

E segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

“Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (Artigo 58 Capítulo V)

Porém, apesar de toda a legislação supracitada, o atendimento pleno a esses alunos ainda não é uma realidade. Dificuldades de inserção do aluno e inclusão ainda se mostram latentes. Segundo Mello (2001), os surdos têm graves problemas linguístico-cognitivos, apresentando dificuldades na leitura e na escrita, também apresentam comportamento de isolamento social na comunidade ouvinte em função do estigma/estereótipo da surdez, além disso, apresentam atraso escolar e dificuldades de aprendizagem. Conforme Karnopp e Klein (2007), junto com a problemática da interpretação de texto, o surdo ainda sente a dificuldade em abstrair, o que potencializa a dificuldade do aprendizado em Matemática.

Apesar destas dificuldades, é importante observar que medidas foram tomadas para garantir a inserção do surdo no sistema educacional, entre elas, destaca-se o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como a língua materna dos surdos. Esse

reconhecimento garante a oferta de interprete nesta língua para os estudantes que dela necessitam.

A metodologia mais usada no Brasil é a bilíngue, por meio da qual os alunos têm a LIBRAS como língua principal e o português como secundária. Segundo Muller (2005), o bilinguismo promove a melhor aprendizagem por parte dos alunos, e reconhece as diferenças e a língua torna-se um instrumento de relações sociais.

4. MÉTODO

Para a realização da pesquisa, além do levantamento bibliográfico, foi realizada uma pesquisa de campo com o objetivo de melhor compreender o assunto.

Foram investigados 11 alunos surdos, da 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental de uma escola pública de Brasília - Distrito Federal - com idades variando entre 12 e 17 anos. Por meio de um questionário procurou-se verificar as dificuldades encontradas pelos alunos no processo educativo e a posição do professor de sala e na sala de apoio diante dessas dificuldades.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário misto baseado na escala Likert. Tal escala é utilizada principalmente para a construção de questionários e em pesquisas de opinião e traz aos sujeitos cinco opções para respostas aos questionamentos, alternando a intensidade da afirmação de positivamente para negativamente.

As cinco possibilidades de resposta variavam desde concordância total da assertiva, passando por concordância parcial, não concordância nem discordância, discordância parcial, até discordância total.

Por se tratar de uma pesquisa realizada em ambiente escolar e aplicada com alunos surdos, o número de questões foi reduzido a 20. Destas, uma era aberta.

As afirmações tratam de assuntos que variam desde a dificuldade na matemática, até a relação professor-aluno e sua metodologia de ensino.

5. ANÁLISE DE DADOS

O quadro a seguir mostra a posição dos alunos quanto às questões fechadas e os seus percentuais em relação ao total de alunos. As questões de número 1, 2 e 20, referem-se a questões abertas, relacionada a idade dos alunos, grau de surdez e série, informações diluídas no texto.

Quadro I: Questionário aplicado aos alunos

Nº	Questionamento	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
03	Eu sinto dificuldade em aprender matemática.	18,18%	72,73%	0,00%	0,00%	9,09%

04	Sinto dificuldade em resolver problemas.	9,09%	45,45%	9,09%	9,09%	27,27%
05	Sinto dificuldade em montar o problema.	9,09%	72,73%	9,09%	9,09%	0,00%
06	Não consigo entender a matéria.	18,18%	54,55%	9,09%	9,09%	18,18%
07	Acho difícil entender as questões que não consigo encaixar no meu cotidiano.	9,09%	54,55%	9,09%	9,09%	18,18%
08	Quando eu tenho dúvidas eu vou a uma biblioteca.	0,00%	0,00%	36,36%	36,36%	27,27%
09	Costumo ler o livro didático sozinho para tirar dúvidas que restaram.	18,18%	45,45%	0,00%	9,09%	27,27%
10	Meu professor tira todas as minhas dúvidas.	45,45%	27,27%	9,09%	18,18%	0,00%
11	Busco ajuda com parentes ou amigos fora da escola para esclarecer minhas dúvidas.	0,00%	18,18%	27,27%	9,09%	45,45%
12	Acumulo minhas dúvidas e não as soluciono.	0,00%	36,36%	45,45%	0,00%	18,18%
14	Solucionei todas as dúvidas que surgiram acima.	9,09%	27,27%	18,18%	36,36%	9,09%
15	Consigo compreender tudo o que o meu (minha) professor (a) me ensina.	27,27%	63,64%	0,00%	9,09%	0,00%
16	Acho que meu (minha) professor (a) pode mudar a forma de me ensinar para ficar mais fácil.	36,36%	36,36%	9,09%	0,00%	18,18%
17	Seria mais fácil se o (a) meu (minha) professor (a) falasse de frente para nós.	63,64%	18,18%	9,09%	0,00%	9,09%
18	O (a) professor (a) poderia trazer jogos ou outros livros para a aula.	45,45%	27,27%	9,09%	9,09%	9,09%
19	O (a) professor(a) poderia falar mais devagar e mostrar mais utilização da matéria na minha realidade.	45,45%	54,55%	0,00%	0,00%	0,00%

O gráfico I, a seguir, mostra as maiores dificuldades dos alunos no ano letivo de 2009, de acordo com as respostas apresentadas para a questão 13: “Quais os assuntos estudados neste ano que você mais sente dificuldade?”:

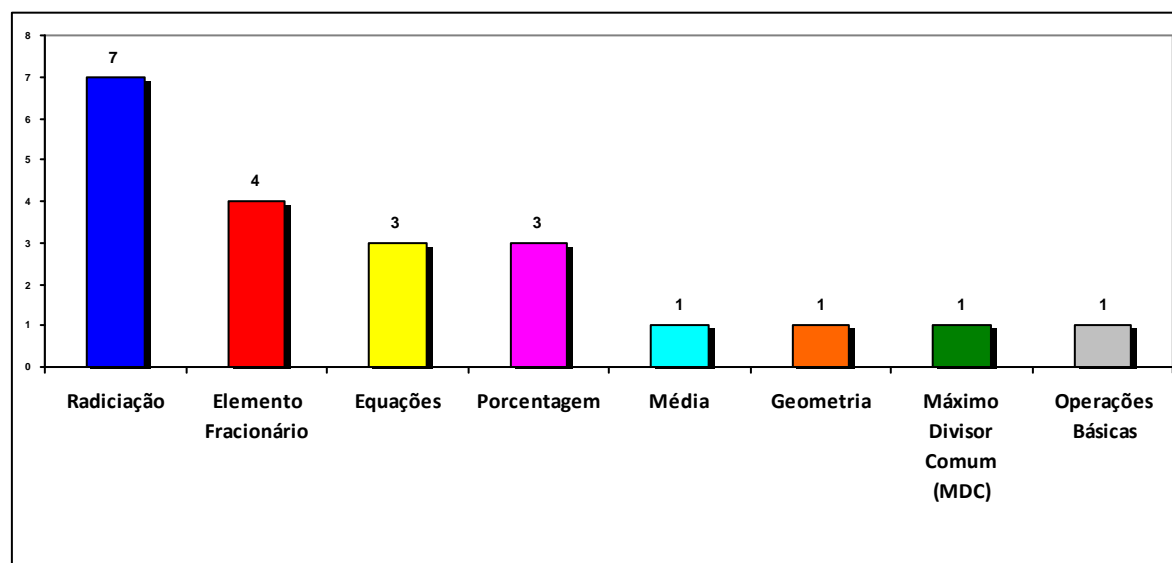


Gráfico I: Assuntos ministrados em 2009 onde os alunos possuem maior dificuldade.

Após análise dos resultados a partir da pesquisa realizada e, considerando o embasamento teórico, os resultados foram listados e serão discutidos a seguir.

Onze alunos surdos que cursam a 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, responderam ao questionário. As intérpretes informaram que os alunos sentiram dificuldade em diferenciar “concordo totalmente” de “concordo parcialmente”, assim como “discordo parcialmente” de “discordo totalmente”. Neste caso os percentuais individuais das respostas foram listadas no Quadro I: Questionário aplicado aos alunos, localizada na Metodologia, mas serão utilizados e estudados de forma unificada.

Noventa e um por cento dos alunos alegaram sentir dificuldade em aprender matemática. Algumas questões observadas em sala de aula e respondidas pelos alunos no questionário podem esclarecer o motivo do valor tão alto. Questões desde biblioteca não preparada, com literaturas projetadas para ouvintes (63,63% dos alunos não vão à biblioteca, enquanto 36,36% deles não concordaram nem discordaram da assertiva), passando por ausência de contato direto com os parentes e insuficiência de material didático aplicado corretamente dentro de sala são agravantes desse percentual.

Segundo Grassi (2003) os surdos apresentam certa dificuldade em aprender matemática, já que o planejamento de aula previamente construído para crianças ouvintes não se trata apenas de mera tradução para a LIBRA, mas sim um planejamento diferenciado, que prestigie todas as dificuldades do surdo e o possibilite resolver de forma mental, com materiais concretos, o que reforça a necessidade do material didático. Assim, uma pesquisa do grupo paraibano “Inclusão e Alteridade: um novo olhar sobre o currículo” do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba aproveita para salientar as dificuldades do processo inclusivo e a necessidade de mudanças em propostas curriculares, como havia dito Grassi, além de interação entre aluno e professor. Professoras pediram a Eliane Maria de Menezes Maciel (UFPB/DME), professora de Matemática, que trouxesse novos caminhos para lecionar matemática para seus alunos surdos, já que eles possuíam muita dificuldade. Uma das professoras informou que seus alunos confundiam adição e multiplicação. Os alunos mostraram retorno após a utilização do material didático.

Os resultados da presente pesquisa mostram, na questão 18, que 72,72% dos alunos afirmaram que o professor poderia levar jogos ou outros livros para sala. Já na questão 16, 72,72% informaram que o professor poderia alterar a sua didática para facilitar a aprendizagem, indicação clara da necessidade do material. Lorenzato (2006) defende a utilização e a necessidade destes materiais como forma de dinamizar os conteúdos e ainda define Material Didático como qualquer utensílio que possa facilitar a aprendizagem, incluindo aqueles que não são fabricados pelo professor ou pelos alunos, como a calculadora ou até mesmo o giz, utilizados de forma diferenciada. Ele entende que assim os alunos poderão compreender melhor o tema lecionado e alterar a opinião dos que até então não se identificavam com a disciplina.

Cabe salientar a dificuldade da comunicação entre surdos e ouvintes morando no mesmo lar. Enquanto 54,54% dos alunos informaram que não buscam ajuda dentro do ambiente familiar apenas 18,18% buscam o auxílio parcialmente. Rocha e Dias (S/D) percebem a dificuldade da família em comunicar-se com o surdo apesar do difícil aprendizado na LIBRAS. Ainda cita relatos de mães ouvintes com filhos surdos, que a utilização dos sinais por elas facilitou a aprendizagem do Português, tão necessário para a Matemática, nos momentos da interpretação de um problema, por exemplo. Neste momento, pode-se compreender o motivo de 54,54% dos alunos pesquisados sentirem dificuldade em resolver um problema e 81,82% deles sentem dificuldade em montar, compreender o problema. Para

Coutinho (S/D), todos, ou grande parte dos problemas dos alunos surdos são provenientes da questão linguística. Conforme Bernardino, essas crianças provindas de famílias ouvintes estão sempre excluídos de diálogos domésticos, pela falta de uma língua comum familiar (apud Coutinho, S/D).

Conforme Anastasi e Urbina, em relação às crianças ouvintes, as surdas são prejudicadas em relação às questões verbais, mesmo quando interpretado em sua língua materna, a LIBRAS. Os autores consideram que a provável razão é que os testes são em língua portuguesa, que traz uma gramática diferenciada (apud Monteiro e Andrade, 2004). Torna-se visível o motivo do surdo não compreender bem uma questão matemática da atualidade, que as questões trazem enunciados complexos, onde necessitam de interpretação de texto. Assim, 72,73% dos alunos alegaram não compreender a matéria lecionada, enquanto 63,64% não conseguem compreender as questões que não estão totalmente voltadas para o seu cotidiano.

6. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados desta pesquisa retomam alguns problemas já conhecidos, como o episódio do professor não ministrar sua aula de frente para os alunos e o fato dos alunos não buscarem ajuda em sua própria casa, pode retomar o problema da marginalização do surdo no lar, dito por Bernardino (apud Coutinho, S/D), caso até então desconhecidos para a grande parte da população.

Por meio das questões respondidas pelos alunos e em observação dos mesmos, pode-se averiguar o quão importante é o papel da escola inclusiva, e o quanto essa ainda precisa melhorar. É visível a diferença de idade das crianças surdas na mesma turma, que chegam a 17 anos apesar de estarem em uma sala de alunos que tem em média 12 anos, como é o caso da 5ª série do Ensino Fundamental. Mas essa disparidade pode ser relacionada a vários fatores, entre eles vergonha por parte dos familiares, a dificuldade na inclusão e dificuldade em assimilar todo conteúdo que não seja voltado para o cotidiano.

Além disso, é possível compreender que todo material didático utilizado para facilitar a aprendizagem é válido, se usado de forma correta, visto que uma das dificuldades localizadas é a ausência de abstração, então, essa dificuldade exige uma manobra por parte do professor para que o aluno possa de fato aprender. Desta forma pode-se inclusive avaliar professores interessados em transmitir sua matéria de forma mais simplificada, que alteram a sua metodologia e estão sempre dispostos a compreender as limitações de determinados alunos, levando em consideração todas as limitações físicas e psicomotoras, e alteram sua metodologia, terão grandes de alunos, e uma grande carreira.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, CONSTITUIÇÃO (1988). *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. Ed. Atlas, São Paulo.
- BRASIL, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001.
- FERREIRA, J. R.; *A nova LDB e as necessidades educativas especiais*. Campinas: Cad. CEDES, Set. 1998.
- GRASSI, G. *O Ensino da Matemática para os Surdos*. (Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura em matemática). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, 2003.
- LACERDA, C. B. F. de. *A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência*. Campinas: Cad. Cedex, maio/ago. 2006.
- MELLO, A. G. de. *Os surdos e o fracasso escolar*. Resumo preparativo para o seminário Os Surdos e o Fracasso Escolar, referente à disciplina de Psicologia da Educação - PSI 5107, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: Mai. 2001
- PEREIRA, H. S.; PARAGUAÇU, G. C. M. *Ensino da matemática para os surdos em vitória da conquista..* Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bahia, Dez. 2004
- QUADROS, R. M. de. *O bi do bilingüismo na educação de surdos* In: Surdez e bilingüismo. Porto Alegre: Editora Mediação ,1 edição, 2005.
- SACKS, O. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos..* Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. *Cidadania, Surdez e Linguagem: Desafios e Realidades*. São Paulo: Editora Plexus, 2003.
- VAYER,P.; RONCIN,C. *Integração da criança deficiente na classe*. São Paulo: Editora Manole, 1989.
- VYGOTSKI, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- ARNOPP, L. B.; KLEIN, M. *Narrativas sobre o fazer docente em práticas de letramento com alunos surdos*. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT15-2512--Int.pdf>> Ultimo acesso em 09/11/2009.
- CAPOVILLA, F. C., CAPOVILLA, A. G. S., VIGGIANO, K. Q., BIDÁ, M. C. P. R. *Avaliando Compreensão de Sinais da Libras em Escolares Surdos do Ensino Fundamental*. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewFile/3252/2612>>. Acessado em 09/11/2009.
- Conheça o Ines - 150 Anos de História. Disponível em <<http://www.ines.gov.br/Paginas/historico.asp>>. Ultimo acesso em 12/11/2009.
- COUTINHO, M. D. M. C. *A Mediação de Esquemas na Resolução de Problemas de Matemática por Estudantes Surdos*. Disponível em < <http://www.alb.com.br/anais15/Sem04/mariadolores.htm>>. Ultimo acesso em 12/11/2009.

CRUZ, G. C., ASPILICUETA, P., LEITE, C. D. *Escolarização de pessoas surdas na escola regular: explorando aspectos da comunicação na inclusão escolar*, 2009. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/viewArticle/714>>. Último acesso em 11/11/2009.

DORZIAT, A. *Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?* <http://www.sj.ifsc.edu.br/~nepes/docs/midioteca_artigos/inclusao_educacao_ssurdos/texto72.pdf> Último acesso em 12/11/2009.

_____. *Sugestões docentes para melhorar o ensino de surdos* Cad. Pesqui., no.108. São Paulo, 1999. Disponível em <www.scielo.br/pdf/cp/n108/a08n108.pdf>. Último acesso em 11/11/2009.

GESSER, A. *Do Patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas*. Campinas, Junho 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132008000100013&script=sci_arttext>. Último acesso em 12/11/2009.

HUBER, C. M. *Inclusão: Uma questão real ou circunstancial* Santa Catarina, S/D, disponível em <http://www.abppsc.com.br/modules/mastop_publish/?tac=88> Acesso em 08/05/2009.

KARNOPP, L. B.; KLEIN, M. *Narrativas de Professoras Sobre a(s) Língua(s) na Educação de Surdos*. Jul./Dez. 2007. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/viewFile/6650/3967>>. Último acesso em 09/05/2009.

MILAN, P.; SCOZ, M. *Alunos surdos sofrem em sala*. Publicado em 09/06/2008. Disponível em <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/>>. Último acesso em 10/05/2009.

MONTEIRO, J. K; ANDRADE, C. G.. *Avaliação do raciocínio abstrato, numérico e espacial em adolescentes surdos*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Porto Alegre, 2004. Disponível em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942005000100009&lng=pt&nrm=>>. Último acesso em 11/11/2009.

MOTA, J. M. 1, OLIVEIRA L.R *Elaboração e Verificação da Eficácia de Material Didático Utilizado no Grupo de Suporte a Pais Ouvintes de Crianças Surdas*. Disponível em <<http://www.usp.br/siicusp/Resumos/15Siicusp/4771.pdf>> Último acesso em 11/11/2009.

ROCHA, J. C. M.; DIAS, T. R. S. *Ouvindo Familiares de Surdos Sobre um Atendimento Educacional Bilíngüe*. Disponível em <<http://www.propg.ufscar.br/publica/4jc/posgrad/resumos/0084-rocha.htm>>. Último acesso em 12/11/2009

SILVA, A. B. P.; PEREIRA, M. C. C. P. *O Aluno Surdo Na Escola Regular: Imagem E Ação Do Professor*. Agosto de 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v19n2/a10v19n2.pdf>> . Último acesso em 12/11/2009.

SILVESTRE, F. *Escola Inclusiva é Fundamental* Programa Inclusão, Abril, 2008. Disponível em <<http://agenciainclusive.wordpress.com/2008/04/23/escola-inclusiva-e-fundamental/>> Último acesso em 09/05/2009.

SIQUEIRA, L. P. de; MONTEIRO, R. M., TOLDRÁ, R. C. *A Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência na Escola Pública* Campinas, jan. 2009. Disponível em <<http://agenciainclusive.wordpress.com/2009/01/25/a-inclusao-escolar-de-criancas-com-deficiencia-na-escola-publica/>> Último acesso em 12/05/2009.